

Na disputa da TV a Cabo um incrível dilema entre pluralismo e monopólio

No debate que ainda não saiu dos bastidores, a luta pelo controle da infra-estrutura da "sociedade da informação

O cidadão chega em casa, no final do dia, senta na frente da televisão e tem à sua disposição 75 cinco canais. Pode assistir, ao vivo, através de verdadeiras *janelas eletrônicas* abertas para as instituições, sessões da Câmara Municipal, da Assembléia Legislativa, da Câmara dos Deputados ou do Senado. E há canais ligando sua residência a cada uma das universidades e instituições de ensino superior do município.

Os botões do controle remoto também podem ligar este cidadão a um dos 40 canais comerciais com 24 horas de programação, incluindo noticiário, esporte, filmes, música e variedades, produzidos nos mais variados países e línguas. Estes serviços de televisão chegam através da rede pública de telecomunicações que está aberta para qualquer programador que descubra interesse em algum tipo de produto audiovisual. Nesta noite, o telespectador pode escolher entre um programa semanal destinado a criadores de canários, um programa diário voltado para aficionados em lanchas *off-shore* e um mesa redonda, veiculada três vezes por semana, com especialistas em política internacional analisando a conjuntura mun-

dial. Também terá à disposição canais especializados em programação infantil e em filmes pornográficos. Estes são apenas exemplos dos quase 40 programas disponíveis nesta noite, sendo alguns gratuitos e outros só acessíveis a assinantes.

O aparelho de televisão também pode ser utilizado para participar de *auditórios eletrônicos* através de 20 canais destinados à produções eventuais. Num canal, pode ser assistida a palestra de um Prêmio Nobel de Medicina, em um congresso médico realizando-se em outra capital. Em outro canal, há a assembléia geral de um sindicato. E num terceiro canal, uma audiência pública debate o impacto ambiental de uma indústria no seu município.

O projeto de regulamentação que permite a instalação deste modelo de TV a Cabo no Brasil - sem similar no mundo pela sua abertura à diversidade de expressão e à possibilidade de concorrência comercial entre os mais diversos empreendimentos - está pronto e foi proposto pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação à Câmara dos Deputados. Mas para que esta idéia do Fórum, que representa mais de 500 entidades da sociedade civil, adquira força de lei, devem ser enfrentadas as resistências de grupos econômicos da área da comunicação que pretendem cartelizar o mercado de TV a Cabo e monopolizar as redes, nas principais cidades do país.

DUAS DÉCADAS DE DISPUTA

O debate deste projeto pode encerrar um processo de disputa da implantação da TV a Cabo que já dura 18 anos. Aliás, A TV a Cabo ainda não

foi implantada no Brasil porque, desde o governo Geisel, o Ministério das Comunicações desenvolveu esforços para beneficiar determinados grupos de comunicação e evitar o debate público. Esta postura do Ministério, acobertando interesses particulares, nem sempre foi acolhida pelo Governo. O resultado é que as diversas denúncias de negociatas e práticas contrárias ao interesse público, nas tentativas de implantação da TV a Cabo, acabaram levando os governos Geisel, Figueiredo, Sarney e Collor a sucessivos recuos, impostos pela resistência da sociedade civil e de "setores nacionalistas" Forças Armadas.

A iniciativa mais audaciosa foi a do ex-ministro Antônio Carlos Magalhães, autor de uma portaria que criou o serviço denominado *Distribuição de Sinais de TV<FI>* (*DISTV*, através da Portaria 250 de 13 de dezembro de 1988, nos últimos dias do governo Sarney. Na verdade, tratava-se de uma TV a Cabo dissimulada. Cheia de irregularidades, esta portaria permite, por exemplo, "autorizações eternas" entregues, sem licitação pública, aos primeiros que chegassem e sem discriminar a área de prestação do serviço.

O governo Collor completou o "serviço sujo" e fez ampla distribuição de autorizações. Hoje 106 felizes beneficiados estão aptos a instalar redes de TV a Cabo - disfarçadas de *DISTV* - nas principais cidades do país. Muitas destas autorizações estão sendo vendidas por até US\$ 500 mil. As organizações Globo - em diversos empreendimentos associados com a RBS - e a TV Abril, nas últimos meses admitiram que querem monopolizar o mercado de cabo e hoje já controlam diretamente 54 dos sistemas autorizados, ou seja, a maioria: a Globo associou-se a 43 empresas de *DISTV* e a TV Abril a outras 11, isto sem contar os que simplesmente re-

transmitem os pacotes de programações destes grupos.

OPÇÃO ESTRATÉGICA

Além do controle do mercado de TV a Cabo, há outra disputa em jogo. Até o final da década passada, em todo o mundo, foram implantadas redes especiais para a transmissão de sinais de TV, porque isso não era possível através da rede de telefonia. A tecnologia, porém, evoluiu dos fios metálicos para a fibra ótica e da transmissão analógica para a digital, multiplicando centenas de vezes a capacidade das redes. O resultado é uma tecnologia que permite a *Rede Digital de Serviços Integrados (RDSI)*. Isto é, uma rede única permite o transporte simultâneo dos mais diversos sinais e a integração de todos os serviços de telecomunicações: telefonia, dados e televisão. Este é o futuro das telecomunicações no mundo inteiro, com profundas transformações culturais e econômicas. Permitindo acesso a bancos de dados, transações comerciais e mesmo trabalho nas residências, esta já é a infra-estrutura da "sociedade da informação".

Em todo o mundo, o problema para a implantação das *RDSI* é o custo do sucateamento, simultâneo, das redes de telefonia e de TV a cabo. Justamente problema que o Brasil não tem. Por isso, o projeto do Fórum defende que, ao invés da implantação de redes especializadas na transmissão do sinal de TV, a demanda por este serviço seja utilizada para avançar o desenvolvimento das atuais redes de telecomunicações, possibilitando a imediata implantação das *RDSI*.

Ao jogar a responsabilidade pela implantação das redes para as atuais concessionárias de telecomunicações, o projeto proposto pelo Fórum in-

clui dispositivos que sujeitam estas empresas a inéditas e rigorosas formas de controle público, impedindo seu uso político e permitindo o estabelecimento de requisitos de produtividade e submetendo suas contas e procedimentos à permanente avaliação pública.

Por outro lado, o projeto do Fórum cria inéditas formas de parceria entre as concessionárias de telecomunicações e investidores privados que, além de garantia de retorno do capital investido, podem participar da lucratividade obtida com o conjunto dos serviços (inclusive telefonia e dados) viabilizados pelas novas redes. Além disso, os investidores receberão, como bonificação, algo como 20% da capacidade nominal dos canais para uso, por exemplo, por sete anos.

O excelente negócio para os investidores e empresários de comunicação pode assim tornar-se a base comercial para uma revolução nos sistemas de telecomunicações do país. Os serviços de TV a Cabo também começarão a tornar efetivamente pluralistas e democráticos os sistemas de comunicação do país.

Temos, hoje, a possibilidade - que não tivemos, há 50 anos atrás, na instalação da televisão - de planejar os sistemas de comunicação do futuro, evitando as atuais deformações. Sem que a sociedade se posicione, firmemente, as novas tecnologias só reproduzirão o monopólio, a capacidade de manipulação e usurpação do interesse público.

A opção estratégica que o país tem pela frente parece um dilema absurdo: é a escolha entre um sistema que assegura concorrência real, ampliação da liberdade de expressão e uma revolução técnica nas telecomu-

nicações, e outro sistema que autoriza a monopolização privada das redes e o benefício particular dos grupos dominantes na comunicação de massa do país. O outro dilema, igualmente absurdo, é se os setores organizados da sociedade vão deixar que a decisão seja tomada exclusivamente pelo governo e pelo setor privado ou vão tornar efetivamente pública a opção do país.

Daniel Herz